

I. LINHAS DE ACÇÃO POLÍTICA

Em 2011, Portugal manterá uma participação activa nas instituições e organizações internacionais que integra, valorizando substancialmente as suas relações históricas fora do espaço europeu, designadamente com os países da Ásia, África e América Latina.

Portugal assumirá responsabilidades acrescidas no âmbito das Nações Unidas, decorrentes da sua eleição como membro não permanente do Conselho de Segurança para o biénio 2011-2012.

Portugal continuará a empenhar-se em responder aos desafios colocados pelo Tratado de Lisboa às áreas da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), sobretudo no actual período de transição em que o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) não está ainda completamente operacional, contribuindo para a formação das linhas de força da política externa da UE a implementar pela Alta Representante para a PESC.

O Governo manterá o seu forte empenho no desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto fórum privilegiado de concertação político-diplomática, de reforço da solidariedade entre os oito Estados Membros e de construção de projectos de interesse comum a todos os cidadãos. Nesse contexto, apoiará a Presidência de Angola na implementação das decisões adoptadas na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorreu em Luanda a 23 de Julho de 2010, e que reflectem as prioridades da organização decorrentes dos trabalhos da Presidência Portuguesa, cujo término foi nessa data. Particular destaque merece a promoção e difusão da Língua Portuguesa, e, nesse sentido, a aplicação do Plano de Acção de Brasília e a adopção de medidas com vista à entrada em vigor dos novos Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, formalmente endossados em Luanda.

Com o objectivo de valorizar o posicionamento externo de Portugal, a estratégia a prosseguir em 2011 traduz-se nas seguintes linhas de acção:

1. Portugal na Construção Europeia

Em 2011, prosseguirá o trabalho de implementação do Tratado de Lisboa e a adaptação às alterações introduzidas. Portugal continuará a participar activamente neste trabalho, acompanhando nomeadamente a implementação do SEAE. Neste contexto, será dada particular atenção à realização de acções de formação contínuas, tendo em vista, à semelhança dos outros Estados-membros, uma adequada preparação dos candidatos portugueses. Portugal procurará igualmente contribuir para o efectivo reforço dos parlamentos nacionais na actividade da UE.

O ano de 2011 será ainda um ano marcado pela crise, em que a estratégia de consolidação orçamental, de retoma de trajectória sustentada de contas públicas e de crescimento, assume uma relevância acrescida.

Tendo presente esta estratégia, Portugal participará, de forma empenhada e construtiva, em todas as instâncias, sendo de destacar a negociação do quadro financeiro plurianual pós-2013 e a reforma das políticas comunitárias, em particular da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum e da Política Comum de Pescas.

Caberá ainda destacar a implementação da Estratégia Europa 2020 para o crescimento e o emprego, quer ao nível da UE, através da discussão e execução das suas sete iniciativas emblemáticas, quer ao nível interno, tendo em vista o reforço da competitividade da economia.

Continuará a ser objecto de particular atenção a aplicação e a correcta transposição das regras do mercado interno, bem como a resolução, através da Rede *Solvit*, de litígios decorrentes de uma má execução dessas normas por parte das Administrações Públicas dos 27 Estados-membros

Portugal continuará também a ser chamado a participar na construção do futuro do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

Continuará a promover-se uma maior aproximação dos cidadãos à UE, através do reforço das acções de informação, de formação e de animação pedagógica, com particular ênfase nos temas prioritários do Plano de Comunicação sobre a UE para 2011.

No plano das relações externas, Portugal continuará a empenhar-se na prossecução das negociações relativas aos acordos de associação e de comércio livre da UE com a Índia, Mercosul, alguns países ASEAN, Canadá e Líbia, bem como as relativas ao alargamento da cobertura aos serviços e produtos agrícolas dos actuais Acordos de Associação com os demais países mediterrânicos.

Portugal será também parte activa na discussão sobre o futuro da Política Comercial e de Investimento da União, bem como na preparação das cimeiras da UE com os seus parceiros estratégicos.

Portugal continuará a participar nas negociações da futura adesão da Croácia, da Turquia e da Islândia, acompanhando também a eventual abertura de negociações com a Antiga República Jugoslava da Macedónia e o desenrolar dos pedidos de adesão do Montenegro, da Albânia e da Sérvia.

Será dada especial atenção às relações com Espanha, destacando-se a continuação dos trabalhos em matéria de cooperação transfronteiriça. Deverão continuar a realizar-se as cimeiras anuais bilaterais com Espanha e com França.

2. Internacionalização da Economia Portuguesa

Em 2011, prosseguirá o esforço de intensificação das acções de apoio à internacionalização da economia portuguesa. Será dada prioridade, na acção politico-diplomática, à vertente económica, à criação de condições de confiança e oportunidades para as nossas empresas seja nos domínios das exportações, do investimento ou do turismo. A abertura de novos mercados, em particular nas regiões de economia emergente é uma exigência que se impõe à economia nacional. Continuar-se-á a reforçar os mecanismos de coordenação e articulação dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros com os serviços dos ministérios sectoriais, em particular do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, bem como com as associações empresariais.

No quadro do desenvolvimento das missões atribuídas à rede diplomática e consular, o projecto *Net-Invest* consubstancia a primeira política pública destinada às comunidades empresarias das comunidades portuguesas. Alicerça-se no acesso e partilha da informação útil de interesse comum, bem como nos programas de incentivos e outros instrumentos públicos e privados de apoio ao investimento, visando o reforço do investimento directo em Portugal, a internacionalização das empresas portuguesas e o fomento e diversificação das suas exportações. Permitirá ainda a criação de uma rede de informação, estruturada na cooperação empresarial e na diplomacia económica e comercial.

3. Valorização das Comunidades Portuguesas

Em 2011, será prosseguido o programa de modernização da rede consular, através do recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com a finalidade de consolidar nessa estrutura, na vertente de relação com a administração pública portuguesa, a tipologia da “Loja do Cidadão”.

Os instrumentos de protecção aos portugueses no estrangeiro e os dispositivos de resposta a emergências e crises serão objecto de aprofundamento na especialização das suas múltiplas capacidades.

Intensificar-se-á o desenvolvimento de novas funcionalidades que facilitem o registo do viajante nacional e o acesso à informação sobre conselhos aos viajantes, designadamente através da implementação de novos canais de comunicação e da dinamização do “Portal das Comunidades Portuguesas”.

Prosseguirá a implementação das aplicações VIS e VISMail, na sequência da entrada em vigor do Regulamento do *Visa Information System* (VIS), a par da implementação, via *Internet*, da rede de pedido de vistos, promovendo-se a harmonização, simplificação e maior eficiência das práticas relativas ao pedido e emissão de vistos.

Serão consolidados os instrumentos de resposta às necessidades decorrentes do regresso ao país, designadamente através do estabelecimento de protocolos com entidades nacionais – nomeadamente com as autarquias locais – e desenvolvidas campanhas informativas sobre matérias de interesse para os portugueses no estrangeiro, quer na componente de participação cívica, local e nacional, quer na área do trabalho.

Haverá continuidade nas iniciativas e programas que visam a aproximação dos portugueses no estrangeiro e luso-descendentes a Portugal e a preservação e desenvolvimento dos laços com a sociedade e cultura portuguesas.

Aos que se encontrem em situação particular de vulnerabilidade será assegurado o cumprimento do dever de solidariedade do Estado.

Em 2011, continuará o processo de consolidação da rede de ensino de português no estrangeiro (EPE), na perspectiva da internacionalização da língua portuguesa e do papel relevante que a presença de comunidades portuguesas no mundo representa nessa estratégia.

4. Política Cultural Externa

Em 2011, o Instituto Camões I.P. prosseguirá a orientação estratégica de intervenção por blocos regionais, potenciando os recursos disponíveis. Neste sentido, promoverá a racionalização do investimento que vem sendo feito na difusão e promoção da língua e da cultura portuguesas.

Continuará a ser dada especial importância à promoção internacional da língua portuguesa, nomeadamente através do ensino, formação de formadores e sua introdução e expansão junto dos organismos internacionais.

Do mesmo modo será reforçada a articulação da diplomacia cultural com a diplomacia económica, em linha com a crescente importância do peso das indústrias culturais na economia e do valor económico da língua portuguesa para a internacionalização do país. Serão ainda fomentadas as interacções público-privadas para a abertura de Centros de Língua Portuguesa.

Como resposta à crescente procura do português como língua internacional, será desenvolvida a oferta de cursos gerais e de cursos específicos com certificação internacional. Será ainda reforçada a aposta nas tecnologias da informação pelo desenvolvimento da acção do Centro Virtual Camões.

No EPE será consolidada a articulação entre os vários níveis de ensino promovendo a formação de professores e a certificação dos cursos, no sentido de reforçar a qualificação da rede. Será prosseguida a estratégia de integração progressiva do português nos sistemas de ensino locais, no quadro de processos negociais com os países de acolhimento das comunidades portuguesas.

No domínio da cultura, salienta-se o objectivo de, até 2013, reforçar a presença portuguesa, nas diferentes manifestações artísticas, através da criação/qualificação de uma rede de Centros Culturais. Estes Centros com um grau de actuação diferenciado, deverão desenvolver programações específicas para a região, em estreita articulação com os diferentes agentes e intervenientes.

Neste contexto, salienta-se ainda o desenvolvimento de uma política cultural e uma actuação concertada com outros departamentos do Estado, entidades públicas ou privadas, para assegurar uma maior e mais eficaz intervenção de artistas e agentes culturais em plataformas internacionais.

Destaca-se, ainda, a participação do Instituto Camões na presidência da *European National Institutes for Culture* (EUNIC), onde ocupa a 1.^a Vice-Presidência até Maio de

2011, passando a exercer a presidência desta instituição a partir de Junho, no período compreendido entre 2011 e 2012. Esta participação contribuirá para a visibilidade de Portugal junto da UE e das instituições europeias congéneres que promovem a divulgação da língua e da cultura dos respectivos países.

5. Política de Cooperação

A Cooperação Portuguesa, enquanto vector estratégico da política externa, tem contribuído para o aumento da visibilidade de Portugal através de uma participação nos trabalhos e no debate no espaço europeu e multilateral, com o objectivo de contribuir para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, quer através de uma aproximação realista às metas europeias em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), quer através de discussões e práticas que conduzam a uma maior eficácia da ajuda. O rácio de 0,7 do Rendimento Nacional Bruto em 2015 continua a ser um objectivo, não descurando porém as restrições orçamentais impostas no contexto da redução do défice orçamental. A Cooperação Portuguesa participará activamente na reunião magna sobre a eficácia da ajuda que ocorrerá em Seul em 2011.

Na vertente bilateral, 2011 marcará o início de quatro novos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) com Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste. Os PIC são elaborados tendo em conta as indicações internacionais e a identificação das reais necessidades pelos países, bem como a apropriação e as reais mais-valias que a Cooperação Portuguesa poderá trazer ao desenvolvimento dos seus principais parceiros. São ainda consideradas as avaliações internas e externas promovidas pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) durante 2010 e a avaliação à Cooperação Portuguesa desenvolvida pelo Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE.

A promoção do desenvolvimento económico dos países parceiros, através de, entre outras medidas, da articulação entre a Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito (SOFID), o IPAD e o Ministério das Finanças e da Administração Pública com vista ao apoio e investimento de empresas portuguesas em sectores definidos como prioritários nos PIC, continuará a ser consolidada.

O programa INOV-Mundus, destinado à qualificação e inserção profissional de jovens licenciados que pretendam desenvolver a sua actividade profissional na área da cooperação para o desenvolvimento, o apoio a programas no âmbito da Educação para o Desenvolvimento e a realização anual do evento “Os dias do Desenvolvimento” mantêm-se uma prioridade.

O Fundo da Língua Portuguesa direccionado para a afirmação do português nas instâncias internacionais, em Timor-Leste, em África e na América Latina, contribuirá para reforçar o papel de Portugal no Mundo, valorizando a língua portuguesa como factor de modernidade e de desenvolvimento.

No plano multilateral, a Cooperação Portuguesa continuará a acompanhar e a participar nos principais debates internacionais, sendo de prever um reforço da parceria com o Fundo das Nações Unidas para a População, bem como do diálogo no terreno com as várias agências internacionais úteis para a prossecução dos nossos esforços. Desta forma, fortalecer-se-ão sinergias na cooperação bi-multilateral, evitando duplicações de acções e respeitando o facto de grande parte dos parceiros de Cooperação se inserir no conjunto dos Países Menos Avançados e em situações de fragilidade. Neste contexto, a Cooperação Portuguesa continuará também a apoiar projectos de cooperação no âmbito da CPLP.

O facto de o IPAD estar certificado para gerir fundos comunitários através da “Cooperação Delegada”, permitirá à Cooperação Portuguesa, em 2011, recorrer a esta modalidade como meio de aumentar a sua intervenção nos países parceiros, bem como noutros em que se considere existir interesse estratégico.

No sentido de dar resposta à avaliação a que foi submetido aquando da sua certificação por parte da Comissão Europeia, e no respeito por uma maior transparência na sua actuação, o IPAD finalizará, em 2011, o seu manual de procedimentos.

Cabe ao IPAD a coordenação das acções da política de cooperação. Com a criação de um programa específico para a Cooperação para o Desenvolvimento é possível afectar, em 2011, num único Programa Orçamental todas as verbas da Cooperação Portuguesa.

6. Plano Bilateral e Multilateral

Será dada continuidade ao aprofundamento das relações bilaterais com os países do Magrebe, nomeadamente através da realização de Cimeiras com Marrocos e Tunísia (que terão lugar em Portugal) e Argélia. Reforçar-se-ão as relações com a região do Golfo Pérsico, através da presença diplomática neste espaço, e, em especial, as relações bilaterais com os países daquela região que abriram ou estão em vias de abrir Missões diplomáticas em Lisboa, designadamente os EAU, o Koweit e o Qatar, para além da Albânia, das Filipinas e da Guiné Equatorial.

Portugal manterá as relações com os seus aliados tradicionais, dando particular ênfase à relação com os Estados Unidos e destacando-se a realização de reuniões semestrais da Comissão Bilateral Permanente Especial atenção será dada ao relacionamento com o Brasil, salientando-se a realização da XI Cimeira Luso-Brasileira, que terá lugar no Brasil, precedida da V Comissão Bilateral Permanente.

Portugal prosseguirá o reforço das relações bilaterais políticas com a Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldova, países do Cáucaso do Sul, da Ásia Central, dos Balcãs Ocidentais e da EFTA. Neste contexto, será designadamente assegurada a participação nas reuniões de âmbito político promovidas no quadro da Parceria Oriental e no âmbito da implementação da Estratégia da UE para a Ásia Central.

Portugal seguirá os assuntos relativos ao acompanhamento da Comissão Paritária entre Portugal e a Santa Sé para aplicação da Concordata.

Ainda no plano bilateral, será intensificado o diálogo com países de África, da América Latina e Ásia, explorando especiais laços de relacionamento histórico e cultural e estimulando o desenvolvimento das relações económicas e comerciais. Dar-se-á continuidade ao relacionamento cultural bilateral com os vários países de todas as áreas geográficas, com os quais Portugal tem acordos de cooperação cultural promovendo a realização das reuniões das comissões mistas e assinaturas de programas de cooperação. Em 2011, prevê-se a realização de reuniões das comissões mistas com a Argentina, a Coreia do Sul, a Croácia, o Egipto, Israel e a Ucrânia.

No plano multilateral, serão reforçadas as relações com as organizações regionais junto das quais temos vindo a acreditar representantes, designadamente em África – União Africana, SADEC e CEDEAO – e na ASEAN.

Em Junho, Portugal irá acolher as reuniões anuais das Assembleias de Governadores do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento.

Portugal acompanhará igualmente as negociações conducentes à XXI Conferência Ibero-Americana, que decorrerá no Paraguai.

Em 2011, prosseguirá a participação de Portugal nas diversas iniciativas no âmbito da Aliança das Civilizações, em particular no IV Fórum a realizar no Qatar.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos, criada pela resolução do Conselho de Ministros n.º27/2010, de 8 de Abril, deverá institucionalizar a coordenação interministerial em matéria de Direitos Humanos com vista à execução da política externa nesta área.

Portugal prosseguirá com os esforços no sentido de expandir a sua presença e influência em África, diversificando e aprofundando as suas relações bilaterais para além dos países lusófonos e reforçando o diálogo com a União Africana e respectivas organizações sub-regionais. A capitalização do relacionamento especial com a África Lusófona continuará a constituir uma prioridade, estando prevista em 2011, neste contexto, a realização de uma Cimeira Portugal-Moçambique, bem como a preparação da Cimeira Portugal-Cabo Verde a ter lugar em 2012. Também no quadro europeu, Portugal continuará a participar activamente em 2011 nos esforços de implementação do IIº Plano de Acção da Estratégia Conjunta UE-África, aprovado na IIIª Cimeira UE-África, em Dezembro de 2010.

7. Missões, Manutenção da Paz e da Segurança Internacional

Portugal continuará a assumir os encargos decorrentes da participação em diversas organizações internacionais e do seu envolvimento em operações de paz das Nações Unidas, da OTAN e em missões civis e militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da UE. Será ainda dada atenção particular às discussões em curso sobre a Segurança Europeia, designadamente no quadro do Processo de Corfu da OSCE. Em 2011, Portugal continuará empenhado em participar activamente no reforço do controlo global de armamento e do regime internacional de não-proliferação.

8. Reestruturação do Ministério

Em 2011, será dada continuidade aos trabalhos de reforma do estatuto das carreiras do pessoal diplomático e respectivo Regulamento, bem como do pessoal dos serviços externos. Será prosseguida a reforma da rede de representação externa.

O MNE continuará com acções de modernização e informatização dos serviços, a concretizar, designadamente, no investimento e desenvolvimento de sistemas aplicativos estruturantes visando a desmaterialização e simplificação de processos.

Continuar-se-á a dar prioridade à reforma da gestão dos recursos afectos aos serviços externos do MNE, com relevância para a modernização e eficiência dos sistemas de transmissão de informação de gestão entre os serviços externos e os serviços centrais.

Na área da cooperação portuguesa, e no que respeita ao processo de modernização da Administração Pública e no seguimento de uma candidatura aprovada ao Sistema de Modernização da Administração Pública (SAMA), o IPAD pretende continuar a implementar no decurso do próximo ano:

- Balcão Único: criação de um balcão multicanal, cujo principal veículo de interacção será a *Internet* (*e-atendimento*), atendendo ao âmbito geográfico do cliente IPAD que é de nível mundial, com objectivo de servir os cooperantes, bolseiros e outros clientes/parceiros nos vários continentes;
- Implementação do *Balanced Scorecard* (BSC): o BSC será o sistema integrado de gestão que o IPAD irá utilizar para garantir a estratégia definida de “foco-no-cidadão”, consubstanciada pela implementação do “Balcão de Atendimento Virtual”.

II. DESPESA CONSOLIDADA

O total das disponibilidades financeiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano 2011, o que corresponde à despesa consolidada, ascende a 368,6 milhões de euros e representa um decréscimo de 8,2% face à estimativa de despesa para 2010. Este decréscimo deve-se, essencialmente, ao esforço de contenção orçamental, com especial incidência na redução das despesas de Funcionamento do Ministério e das despesas com cobertura em receitas consignadas.

	(10 ⁶ €)			
	2010 Estimativa	2011 Orç. Ajustado Disponível	Variação (%)	Estrutura 2011 (%)
Estado	390,3	352,9	-9,6	85,4
1. Funcionamento	380,9	342,6	-10,1	82,9
1.1. Com cobertura em receitas gerais	364,1	337,8	-7,2	81,7
Funcionamento em sentido estrito	309,1	282,8	-8,5	68,4
Quotizações para Organizações internacionais	55,0	55,0	0,0	13,3
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	16,8	4,8	-71,4	1,2
2. Investimentos do Plano	9,4	10,3	9,6	2,5
2.1. Financiamento nacional	9,1	9,8	7,7	2,4
2.2. Financiamento comunitário	0,3	0,5	66,7	0,1
Serviços e Fundos Autónomos	60,1	60,5	0,7	14,6
Despesa Consolidada	401,6	368,6	-8,2	-
Transferências internas MNE	48,8	44,8		

De notar que o orçamento ajustado disponível para 2011 contempla as medidas de contenção orçamental previstas no projecto de Lei do Orçamento do Estado para 2011:

- Redução remuneratória (14,1 milhões €);
- Cativações (10,4 milhões €), das quais:
 - *Reserva* (7,7 milhões €) constituída de acordo com o disposto na Circular de Preparação do OE/2011 (Circular Série A nº 1360 da Direcção-Geral do Orçamento), correspondente a 2,5% do *plafond* atribuído para o Orçamento de Funcionamento do MNE (excluindo a dotação destinada a Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais);

- Cativação nas dotações de *Deslocações e estadas, Estudos, pareceres, projectos e consultadoria, Outros trabalhos especializados e Outros Serviços* (2,7 milhões €).

A estimativa de despesa para 2010, no montante de 401,6 milhões €, reflecte:

- A constituição de uma reserva de 2,5% do Orçamento de Funcionamento;
- A cativação de 20% (12,5%+7,5%) das verbas inscritas em financiamento nacional no orçamento PIDDAC;
- O impacto, em 2010, de medidas de contenção da despesa de investimento determinadas pelo Ministério das Finanças (despacho do Ministro de Estado e das Finanças de 28/09/10 que impediu a assunção de novos compromissos no âmbito dos Investimentos do Plano a partir da mesma data);
- As cativações adicionais no orçamento de Funcionamento determinadas pelo Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2010.

III. ORÇAMENTO GLOBAL

III. 1. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

O montante total do orçamento de funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de 342,6 milhões de euros, dos quais 337,8 milhões de euros provêm do Orçamento do Estado e 4,8 milhões de euros de dotações com compensação em receita.

	Unid.: 10 ⁶ Euro	
	Orç. Ajustado Disponível 2011	Estrutura (%)
Cap. 01 - Gabinetes dos Membros do Governo	4,3	1,3%
Cap. 02 - Serv. Gerais Apoio, Estudos, Coordenação e Repres.	196,9	58,3%
Cap. 03 - Cooperação e Relações Externas	136,6	40,4%
SUB-TOTAL MNE (Sem DCR's)	337,8	100,0%
Desp.Comp. Em Receita (DCR's)	4,8	
TOTAL MNE	342,6	

Em termos globais, o orçamento de funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros apresenta um decréscimo de 38,3 milhões de € (- 10,1%) face à estimativa de despesa para 2010, dos quais 26,3 milhões de € referentes a despesas com cobertura em receitas gerais.

Como principais vertentes de intervenção, salientam-se:

Na área da cooperação e da difusão da língua e cultura portuguesas

- O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (39,9 milhões €):
 - Financiamento de encargos decorrentes dos compromissos e envolvimento do Estado português nos projectos de cooperação para o desenvolvimento nos PALOP's e Timor-Leste;
 - Financiamento de actividades de suporte e de encargos com o funcionamento do IPAD;
 - Despesas relativas aos agentes da cooperação.

- O Instituto Camões (39,9 milhões):

Principais actividades no âmbito da Língua e Cultura Portuguesas

- Consolidar a rede de Ensino Português no Estrangeiro, através da articulação da rede do ensino superior e da rede da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário e, conseqüentemente, promover a qualificação e certificação dos cursos de língua e cultura portuguesas e favorecer o estabelecimento de protocolos com instituições estrangeiras que promovam a língua e cultura portuguesas em parceria com o Instituto Camões;
- Desenvolver a formação e aprendizagem a distância através do Centro Virtual Camões;
- Promover a formação de professores, presencial e a distância, e a Investigação, de forma a aumentar o grau de qualificação da rede;
- Prosseguir a estratégia de integração progressiva do português nos sistemas de ensino estrangeiros;
- Contribuir para o desenvolvimento da concertação estratégia no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do Instituto Internacional de Língua Portuguesa IILP nos termos do Plano de Acção de Brasília para Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa;
- Contribuir para a consolidação e uso do português como língua oficial nas múltiplas organizações internacionais no quadro de uma política orientada para intervenções por blocos regionais, definidos de acordo com a política de internacionalização da língua portuguesa;
- Contribuir para o reconhecimento internacional do português como língua de trabalho nos domínios da diplomacia, do comércio, da banca, da Internet e da ciência, fornecendo instrumentos para a operacionalização da língua portuguesa como agente ativo da diplomacia económica;
- Promover projectos em parceria com instituições do ensino superior no âmbito da investigação da língua e cultura portuguesas;
- Apoiar a edição de autores de língua portuguesa no estrangeiro ;
- Desenvolver de uma política cultural e uma actuação concertada com outros departamentos do Estado, entidades públicas ou privadas, para assegurar uma maior e mais eficaz intervenção de artistas e agentes culturais em plataformas internacionais;

- Desenvolver uma programação cultural, nos diferentes Centros Culturais Portugueses, com linhas de atuação adequadas às regiões em que se inserem, promovendo, sempre que possível, a participação e o intercâmbio de artistas locais;
 - Desenvolver ações de interesse mútuo, com organismos nacionais e internacionais, nos diferentes domínios artísticos que permitam uma maior participação de criadores nacionais em importantes plataformas internacionais;
 - Apoiar a edição de textos portugueses no estrangeiro;
 - Continuar o apetrechamento bibliográfico e audiovisual da rede de Centros Culturais e de Língua do Instituto Camões;
 - Desenvolvimento do centro de documentação do Instituto Camões para apoio à investigação sobre política cultural externa.
 - Participação activa na *European National Institutes for Culture* (EUNIC) no quadro do exercício da presidência desta organização contribuindo para a visibilidade de Portugal junto da UE e das instituições europeias congéneres.
- Fundo da Língua Portuguesa
- Para 2011, o Fundo da Língua Portuguesa dará continuidade à execução de projectos relacionados com a promoção da língua portuguesa, cujos compromissos deverão ascender a cerca de 10 milhões de €.

Em matéria de vinculação internacional

- Prosseguir a negociação de acordos culturais com diversos países europeus, africanos, sul-americanos, asiáticos, do Médio Oriente e do Magrebe;
- Execução dos Acordos já existentes, quer através da realização e apoio de actividades previstas nos respectivos Programas de Cooperação, quer através da realização de Comissões Mistas, para a negociação e assinatura de novos Programas de Cooperação.

Na área das Comunidades Portuguesas

São de realçar as iniciativas que visam a valorização, participação cívica e o apoio social dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, a par da prestação de serviços consulares aos nacionais e estrangeiros em condições de segurança,

eficiência e qualidade superiores, através da implementação de programas e projectos que se destinam a:

- Reforçar a ligação das Comunidades aos países de acolhimento e a Portugal, incentivando a participação cívica e política dos portugueses na vida pública portuguesa e das comunidades locais;
- Promover a língua e cultura portuguesas;
- Desenvolver mecanismos de apoio cultural e social;
- Apoiar o desenvolvimento e o reforço do movimento associativo;
- Reforçar e alargar a rede regional de apoio às comunidades portuguesas, em articulação com as autarquias locais;
- Proceder à actualização dos planos de emergência dirigidos a países ou regiões em situação de potencial risco, e garantir uma intervenção imediata, operacional e eficaz em situações de crise ou de emergência, através do “Gabinete de Emergência Consular”;
- Modernização dos serviços consulares através o processo de informatização em curso nos Postos Consulares em matéria de passaportes, cartão de cidadão e SIRIC, a par do incremento da utilização das redes WEB para transmissão de dados e da desmaterialização dos procedimentos administrativos, contribuindo para um atendimento mais seguro, cómodo e célere dos utentes;
- Reforçar o processo de informatização dos postos consulares em matéria de vistos, considerando as obrigações decorrentes da entrada em vigor do Código de Vistos da União Europeia, através da informatização dos postos consulares ainda não informatizados, da introdução progressiva da biometria nos postos consulares e da automatização dos procedimentos em matéria de vistos nacionais com recurso às novas Tecnologias da informação e comunicação;
- Potenciar a participação dos empresários das Comunidades Portuguesas, dinamizando o estabelecimento de parcerias estratégicas com empresas nacionais e em investimentos em Portugal, por recurso, entre outros, aos incentivos concedidos através do Projecto NETINVEST;
- Assegurar as condições de funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, consagradas legalmente e melhorar a sua representatividade, legitimidade e capacidade de intervenção;

- Assegurar a organização, melhorar a operacionalidade e garantir o financiamento dos actos eleitorais no estrangeiro.

III. 2. PIDDAC

O orçamento PIDDAC para 2011 tem o seguinte financiamento:

	Valor (10 ⁶ €)	Estrutura (%)
Financiamento nacional	9,8	94,9%
Financiamento comunitário	0,5	5,1%
	10,3	100,0%

As verbas de financiamento nacional do orçamento PIDDAC do MNE para 2011 cerca de 3 milhões € respeitantes ao financiamento, através do FRI, de investimentos relacionados com acções de modernização dos serviços externos (rede consular).

Ao nível dos serviços executores, as dotações atribuídas reflectem as restrições orçamentais e as consequentes prioridades de financiamento estabelecidas para 2011:

Secretaria-Geral (SG)

As prioridades de investimento repartem-se em três grandes agrupamentos:

- *Investimentos em sistemas e tecnologias de informação e comunicação* – a dotação atribuída destina-se ao financiamento dos projectos em curso, incluindo a execução do projecto “Segurança da Rede MNE” com financiamento comunitário aprovado e as acções de modernização dos sistemas de informação da SG, envolvendo o desenvolvimento de sistemas aplicativos estruturantes que assegurem uma resposta efectiva às exigências crescentes de prestação de informação integrada e de qualidade nas diferentes áreas de intervenção do MNE, que incluem:
 - A continuação da implementação da simplificação administrativa e desmaterialização de processos e procedimentos com recurso às tecnologias de informação e comunicação, assegurando a troca segura de informação através da implementação de mecanismos de credenciação digital;

- O desenvolvimento e gestão da rede única de dados e voz do MNE;
 - A continuação da implementação de uma solução aplicacional de gestão documental e processual, integrada e única para todos os serviços do Ministério.
-
- *Investimentos no âmbito da acção externa do Estado (rede diplomática e consular):* apenas foram orçamentados os projectos em curso envolvendo encargos fixos no âmbito de contratos de locação financeira e empréstimo bancário - aquisição dos edifícios da Chancelaria da Embaixada em Washington e do Consulado-Geral em Paris. Face à redução do orçamento atribuído, não foi possível incluir os investimentos planeados para as Embaixadas em Díli, Berlim e Brasília e para os Consulados em Bissau e Benguela.

 - *Investimentos internos no âmbito da remodelação e conservação das instalações:* a dotação orçamental afecta a este agrupamento envolve a continuação das intervenções de reabilitação do edifício do *Convento do Sacramento* previstas no protocolo de cooperação assinado entre o MNE e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) e dois novos projectos - um destinado a trabalhos diversos de requalificação e adaptação das instalações do MNE a cargo da SG bem como as intervenções necessárias à melhoria da eficiência energética dos edifícios onde funcionam os serviços do MNE e outro visando a construção das instalações que irão acolher o novo centro de CIFRA, dotando-o das obrigatórias e especiais condições de sigilo e de segurança e protecção de dados.

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Financiamento do projecto em curso “Controlo e Gestão da Biblioteca Nacional de Referência em Assuntos Europeus”, proposto pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), o qual prevê a contratação de serviços especializados e a aquisição de software e equipamento informático

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP)

A programação PIDDAC deste serviço prevê a continuação dos projectos “Modernização da Rede Consular nas áreas do registo e Identificação Civil” e “Programa NetInvest Portugal” e a inscrição de novos projectos no âmbito da modernização dos serviços externos – . “PEP Móvel – Recolha de dados biométricos e leitura do PEP e Cartão de Cidadão”, “Webização da rede de pedido de vistos e funcionalidade de vistos on-line”, “Desenvolvimento de nova versão do portal das Comunidades Portuguesas” e “Integração do Sistema de Gestão Consular (SGC) com o SGC Web”. Dado o âmbito dos investimentos em apreço, o financiamento destes projectos terá origem no orçamento do FRI, através de transferência para o orçamento do PIDDAC da DGACCP.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

Manutenção dos investimentos em curso no âmbito da cooperação para o desenvolvimento através:

- da implementação das acções de recuperação, manutenção do património mobiliário do IPAD, nos PALOP e Timor – Leste e substituição do equipamento administrativo dos serviços da cooperação existentes junto das Embaixadas desses países;
- da participação na construção de um Centro de Hemodiálise em Cabo-Verde.

Instituto Camões (IC)

Mantendo o nível de financiamento de 2010, o IC propõe a manutenção dos encargos com a aquisição de equipamento informático e administrativo para apetrechamento dos Centros Culturais e de Língua no estrangeiro, a prossecução de acções de formação com recurso ao ensino à distância e o investimento na instalação da biblioteca e centro de documentação do IC.

IV. DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sob a perspectiva da natureza das despesas, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Unid.: 10⁶ Euro

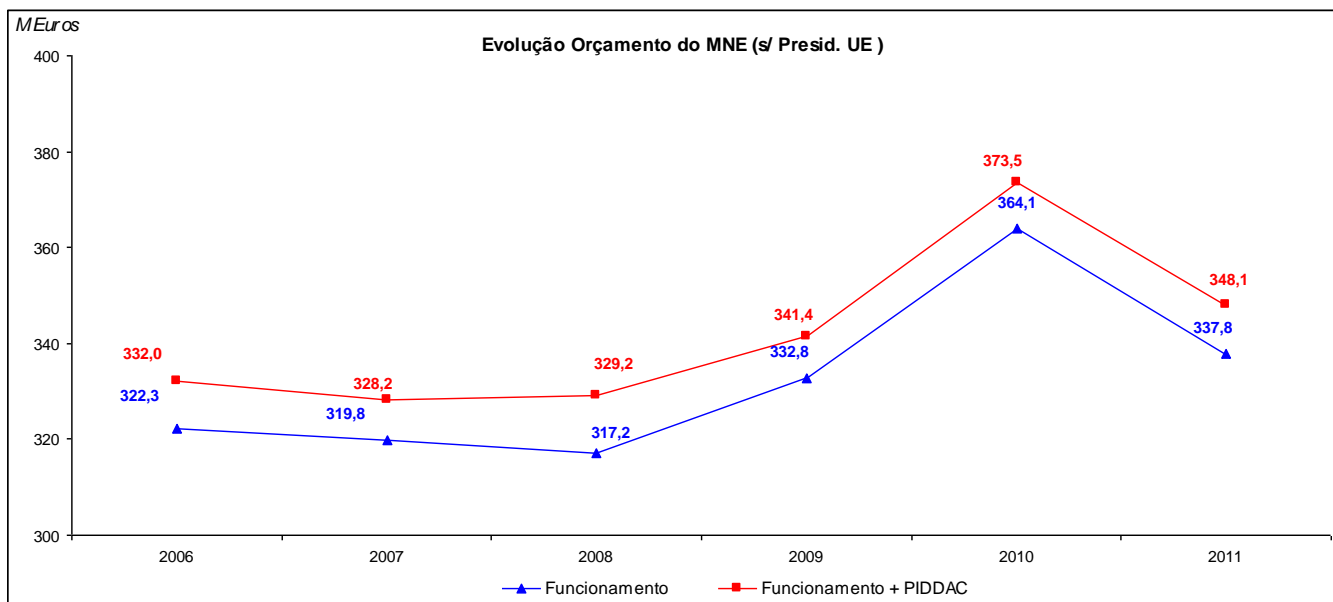
	Orç. Ajustado Disponível 2011			Peso na Estrutura (%)
	Estado	SFA	Total Consolidado	
Encargos com pessoal	161,0	34,9	195,9	47,4%
Aquisição de Bens e Serviços	39,7	6,2	45,9	11,1%
Outras Despesas	152,2	19,4	171,6	41,5%
Transferências correntes, das quais	124,4	9,1	133,5	32,3%
intra-instituições do MNE	41,2	0,5	41,7	
para as restantes Adm. Públicas	0,7		0,7	
Subsídios	0,1		0,1	0,0%
Despesas correntes	18,3	2,9	21,2	5,1%
Aquisição de bens de capital	7,6	4,5	12,1	2,9%
Transferências de Capital, das quais	1,4	2,8	4,2	1,0%
intra-instituições do MNE	0,3	2,8	3,1	
para as restantes Adm. Públicas				
Outras	0,4	0,1	0,5	0,1%
Total	352,9	60,5	413,4	100,0%
Transferências internas MNE	41,5	3,3	44,8	
Transferências para restantes Adm. Públicas	0,7	0,0	0,7	
Total excluindo transferências para Adm. Públicas	310,7	57,2	367,9	

As “Transferências Correntes” contemplam a dotação orçamental específica destinada à cobertura de encargos com contribuições quotizações para organizações internacionais, no montante de 55 milhões de €.

De referir que, face a 2010, a estrutura de despesa do orçamento do MNE sofre alterações em virtude de os encargos com os docentes do ensino português no estrangeiro, inscritos no orçamento do Instituto Camões, terem passado, em 2011, a estar classificados como despesas com pessoal (quando em 2010 estavam classificados em “Transferências Correntes”).

V. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

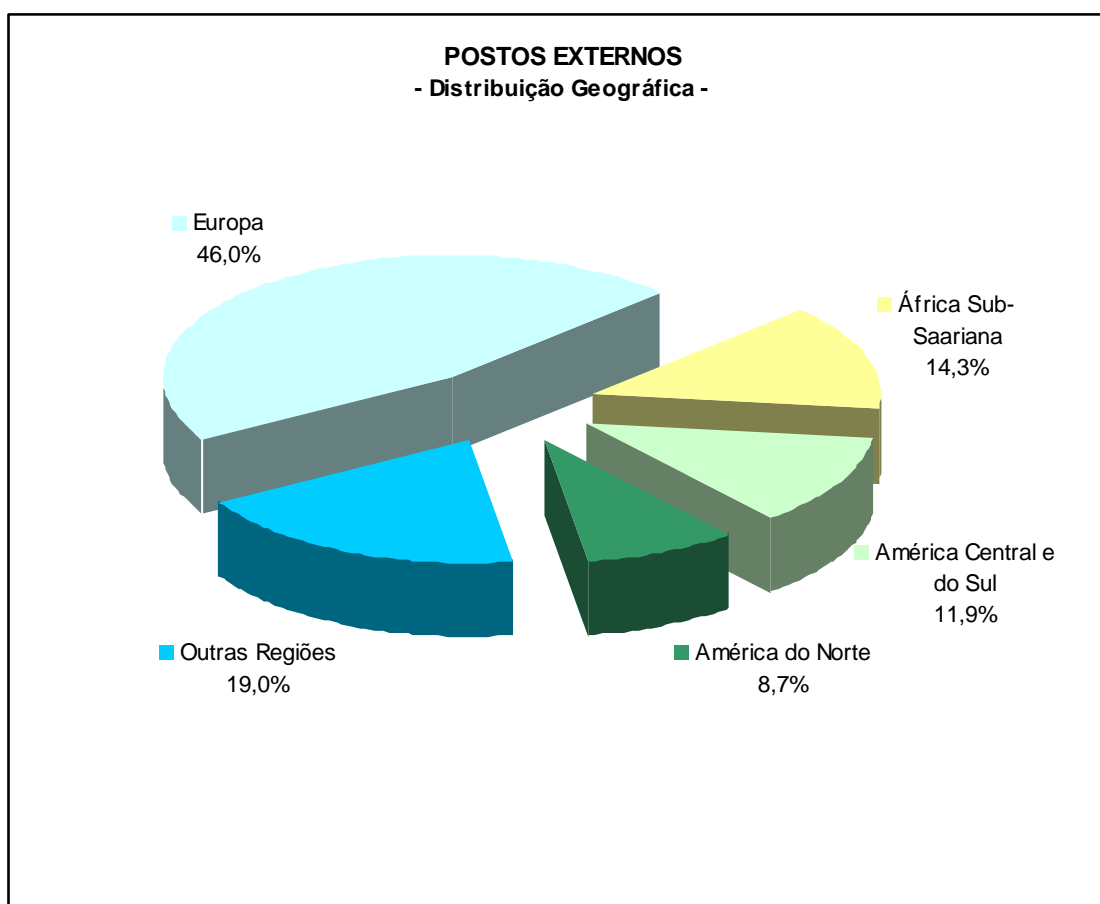
No período 2006-2011 a evolução das despesas do MNE (não incluindo despesas com compensação em receita) foi como segue:



De notar que os valores de 2010 são justificados pela transferência para o Instituto Camões das competências que anteriormente estavam no Ministério da Educação relativos à rede de Ensino de Português no Estrangeiro, com um acréscimo de encargos na ordem dos 30 milhões de €.

VI. REDE EXTERNA

No estrangeiro as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, as representações permanentes, os consulados e as missões temporárias. O número actual de serviços externos é de 126 (77 embaixadas, 39 consulados, 9 missões permanentes e temporárias e 1 Escritório de Representação), com a seguinte distribuição geográfica:



Em 2010 há a registar a extinção dos Consulados em Durban e Santos e a criação da Embaixada em Abu Dhabi.

É ainda referir que, por se encontrar desactivada, foi excluída do número de Embaixadas a Embaixada de Portugal em Bagdade.

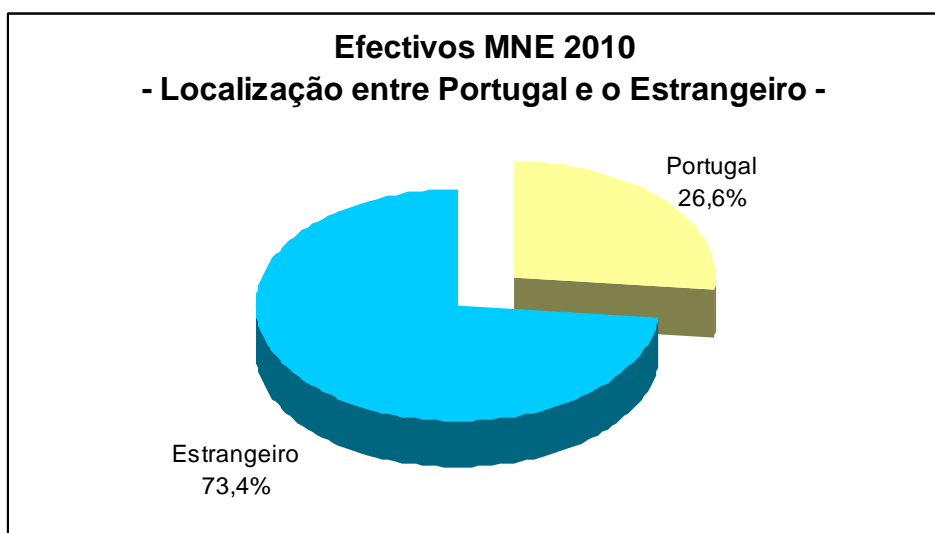
VII. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 31 de Dezembro de 2010 perfazem um total de 4141 efectivos, o que representa um acréscimo de 17% em relação a 31 de Dezembro de 2009.

	Unid: Efectivos		
	2009	2010	Δ 2009/2010
Diplomatas	452	474	22
Pessoal Especializado	103	105	2
Pessoal Técnico	420	458	38
Assistente Técnico	408	421	13
Assistente Operacional	115	94	-21
Pessoal Local (Serviços Externos)	1.659	1.733	74
Leitores e Docentes	69	81	12
Pessoal Centros Culturais	78	69	-9
Agentes Cooperação	235	175	-60
Professores e Coordenadores EPE		531	531
Total	3.539	4.141	602

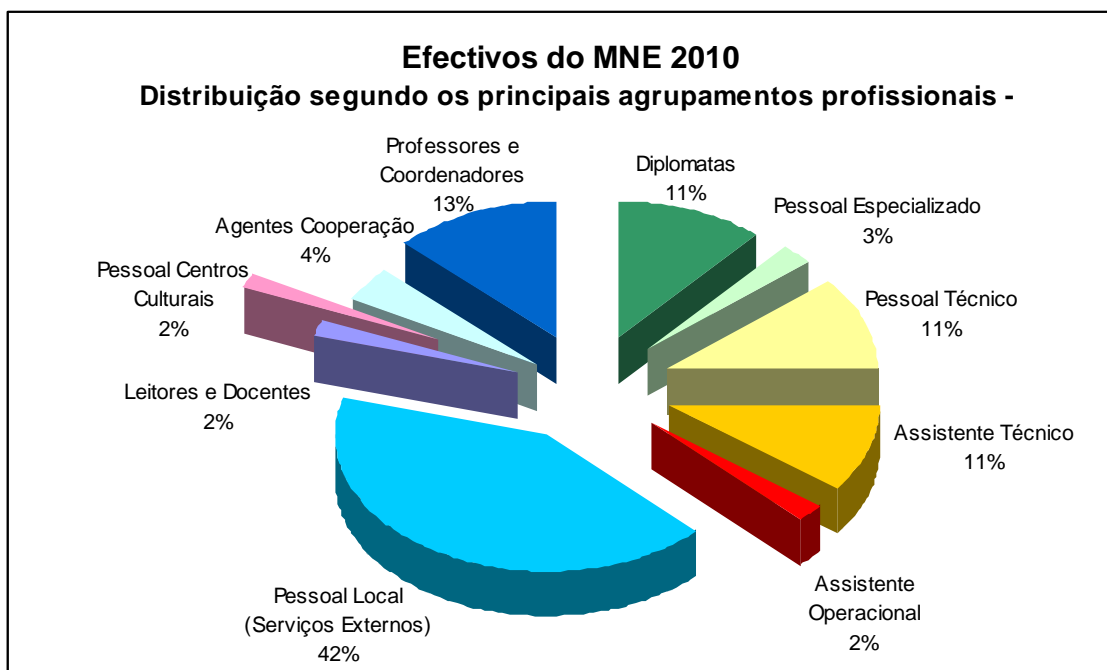
Para o aumento registado em 2010 contribuiu o facto de as atribuições no âmbito da rede de Ensino de Português no Estrangeiros, que anteriormente estavam cometidas ao Ministério da Educação, terem transitado para Instituto Camões, com o correspondente aumento do número de efectivos suportados através do respectivo orçamento, que contempla 531 Professores e Coordenadores do Ensino de Português no Estrangeiro.

A localização dos efectivos do MNE entre Portugal e o estrangeiro mostra que 73,4% dos efectivos se encontram no estrangeiro:

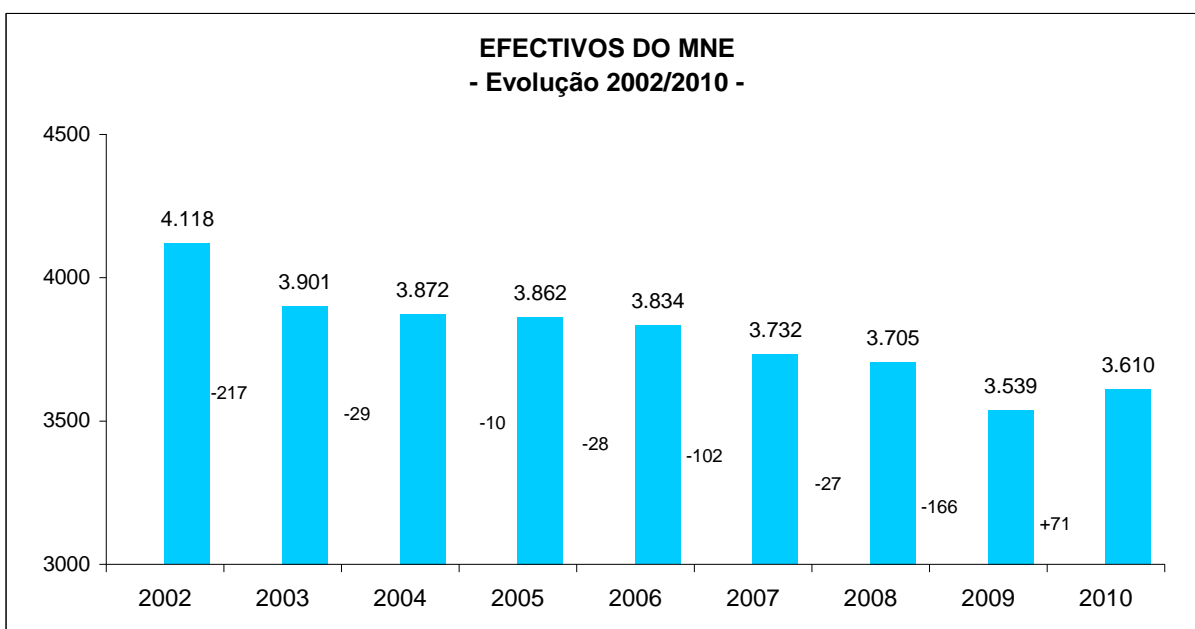


A distribuição segundo os principais agrupamentos profissionais é a seguinte:

	2010		Total
	Portugal	Estrangeiro	
Total	1.100	3.041	4.141
Diplomatas	214	260	474
Pessoal Especializado		105	105
Pessoal Técnico	443	15	458
Pessoal Administrativo	351	70	421
Pessoal Auxiliar e Outros	92	2	94
Pessoal Local (Serviços Externos)	0	1.733	1.733
Leitores e Docentes	0	81	81
Agentes Cooperação		175	175
Pessoal Centros Culturais	0	69	69
Professores e Coordenadores do Ensino de Português no Estrangeiro	0	531	531



Em 2010, excluindo os 531 professores e coordenadores do Ensino de Português no Estrangeiro, registou-se um aumento de 71 efectivos, contrariando a tendência de redução dos últimos anos – de 579 efectivos entre 2002 e 2009. Para este acréscimo contribuiu o aumento registado no pessoal dos serviços externos do MNE em virtude, por um lado, da integração no mapa único de contratação de pessoal que se encontrava em regime de contrato a termo resolutivo em 2009 e 2010 e da regularização de prestações de serviços nos serviços externos e, por outro, ao preenchimento de postos de trabalho cujas funções vinham a ser asseguradas por pessoal em regime de tarefa ou avença.



(excluindo 531 professores e coordenadores do Ensino de Português no Estrangeiro)

Por grupo profissional a evolução foi a seguinte:

Unid: Efectivos em 31 de Julho do ano a que dizem respeito, 2009/2010: 31/Dez

	Diplomatas	Pessoal Especializado	Pessoal Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal Local Serv. Externos	Leitores nos CC e docentes em Lisboa	Agentes da Cooperação	Pessoal contratado Centros Culturais	Professores e Coorden. EPE	Total
TOTAL											
2002	490	115	459	550	188	1.952	135	138	91		4.118
2003	467	101	425	492	163	1.807	95	271	80		3.901
2004	452	107	429	495	157	1.811	70	278	73		3.872
2005	474	117	426	487	154	1.799	73	259	73		3.862
2006	458	88	460	455	153	1.813	73	262	72		3.834
2007	460	87	450	433	143	1.736	74	278	71		3.732
2008	456	95	452	417	134	1.736	76	268	71		3.705
2009	452	103	420	408	115	1.659	69	235	78		3.539
2010	474	105	458	421	94	1.733	81	175	69	531	4.141
Variação 2002/2003	-23	-14	-34	-58	-25	-145	-40	133	-11		-217
Variação 2003/2004	-15	6	4	3	-6	4	-25	7	-7		-29
Variação 2004/2005	22	10	-3	-8	-3	-12	3	-19	0		-10
Variação 2005/2006	-16	-29	34	-32	-1	14	0	3	-1		-28
Variação 2006/2007	2	-1	-10	-22	-10	-77	1	16	-1		-102
Variação 2007/2008	-4	8	2	-16	-9	0	2	-10	0		-27
Variação 2008/2009	-4	8	-32	-9	-19	-77	-7	-33	7		-166
Variação 2009/2010	22	2	38	13	-21	74	12	-60	-9		602